

AS PERSPECTIVAS CRÍTICAS À SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA EM PIERRE BOURDIEU E TERRY SHINN: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA PERCEPÇÃO PLURALISTA DO CAMPO DISCIPLINAR DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

CRITICAL PERSPECTIVES TO THE SOCIOLOGY OF SCIENCE IN PIERRE BOURDIEU AND TERRY SHINN: CONTRIBUTIONS TO AN INFORMATION SCIENCE'S PLURALIST PERCEPTION OF THE DISCIPLINARY FIELD

Willian Lima Melo^a

Leilah Santiago Bufrem^b

Anna Elizabeth Galvão Coutinho Correia^c

RESUMO

Objetivo: propor, alinhadas à perspectiva crítica da percepção pluralista da organização da ciência, formas de identificação e categorização de agentes/instituições científicas relacionadas à Ciência da Informação no Brasil.

Metodologia: pautada pela busca exploratória de informações concernentes a percepção pluralista da organização da ciência, bem como no desenvolvimento de modelos alternativos de aplicação, expandindo conhecimentos de um domínio teórico específico, o estudo se desenvolve em âmbito descritivo e propositivo, visando apresentar sólidos elementos da percepção pluralista da organização da ciência na institucionalização de um campo disciplinar específico, a saber, a Ciência da Informação no Brasil. **Resultados:** desenvolve e apresenta, seguindo os fundamentos teóricos basilares e correlacionais de aplicação (Ciência da Informação), modelos alternativos de análise que oferecem possibilidades concretas de observação dos regimes de produção e comunicação da ciência, responsáveis pela visão pluralista da

^a Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Docente do Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: willianmelo23@gmail.com

^b Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), Pós-Doutora pela Universidad Autónoma de Madrid (UAM). E-mail: santiagobufrem@gmail.com

^c Professora do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: aegcc3@gmail.com

organização e do desenvolvimento científico (regime disciplinar, regime utilitário, regime transitório e regime transversal). **Conclusão:** As respectivas propostas potencializam orientações aos interlocutores do presente documento para variadas análises, a depender do interesse sobre os multidiversificados domínios presentes no campo disciplinar da Ciência da Informação. A validação deste estudo sugere possibilidades de verificação dos regimes de produção e circulação da ciência em contextos diversos do campo disciplinar da Ciência da Informação, bem como em outros campos disciplinares.

Descritores: Campo científico. Sociologia da ciência. Ciência da Informação.

1 INTRODUÇÃO

A ciência é uma produção cultural, resultante de uma construção social. Para compreendê-la dessa forma, o fator da socialização entre os agentes, as instituições e outros micro e macrocosmos sociais se torna necessário. Encontra-se no campo científico um conjunto de ações não fortuitas, em que a convergência e a divergência de interesses estão intimamente ligadas aos regimes de produção e circulação da ciência.

Este artigo está inserido nos estudos sobre a sociologia da ciência, sendo orientado à missão de proporcionar metodologias próprias, capazes de acompanhar e tentar compreender os elementos relacionados ao desenvolvimento científico de modo contextual a fatores internos e externos do campo científico, em específico, o campo disciplinar da Ciência da Informação no Brasil.

Obedecendo à leitura histórica da gênese e expansão da Ciência da Informação no Brasil, encontram-se, além da criação de cursos de pós-graduação, o crescimento e a consolidação dessa área sendo impulsionada por diversos fatores contextuais a partir da década de 1950, como, por exemplo, a criação de eventos, associações profissionais, o conselho federal da profissão, periódicos (ARBOIT, 2010). É necessário levar em consideração, para um entendimento transversal desse movimento institucional, aspectos políticos, econômicos, tecnológicos que proporcionaram demandas internas e externas ao campo disciplinar da Ciência da Informação no Brasil (SARACEVIC, 1996; VELHO, 2010).

Shinn (2008a, 2008b) e Shinn e Ragouet (2008) oferecem contribuições

à crítica sobre a sociologia da ciência assumida por Bourdieu (2004, 2008). Sobre isso, é apresentada uma percepção do processo de institucionalização da ciência sob a perspectiva transversalista. É possível, com isso, estabelecer uma percepção da estrutura pluralista da ciência, explorar desenvolvimentos históricos, modos e economias de produção e consumo, sendo esses últimos descritos por meio de quatro regimes: o disciplinar; o utilitário; o transitório e o transversal.

A perspectiva transversalista é apresentada e fundamentada por Shinn (2008a, 2008b) e Shinn e Ragouet (2008), na convicção da operação e coexistência de quatro regimes envolvidos na produção e comunicação científica. A sugestão aqui apresentada para a percepção dos regimes disciplinar, utilitário, transitório e transversal no campo disciplinar da Ciência da Informação no Brasil pode ser capaz de determinar leituras relativas à questão de como está sendo consolidado esse campo disciplinar. Com isso, estabelece como objetivo propor, alinhadas à perspectiva crítica da percepção pluralista da organização da ciência, formas de identificação e categorização de agentes/instituições científicas relacionadas à Ciência da Informação no Brasil.

Metodologicamente, foi evidenciada a necessidade de submersão na particularidade empírica, datada e situada historicamente, possibilitando, assim, que as proposições fossem realizadas de modo respeitoso e, conseqüentemente, que os prováveis resultados, possibilitados aos interlocutores desse registro, sejam cientificamente fecundos e próximos da representação da validade universal e na busca exploratória de informações. A orientação epistemológica e metodológica percebida no materialismo histórico-dialético cumpre papel importante na sugestão de categorias para os modelos alternativos de percepção dos regimes de produção e comunicação da ciência (BURAWOY, 2010).

Na primeira parte deste artigo, encontra-se o referencial teórico com apreciações sobre o campo científico e a sociologia transversalista da atividade científica. Na segunda seção, apresentam-se um breve apanhado histórico da Ciência da Informação e as respectivas propostas alternativas de análise, apresentando, como categorias, os agentes e as instituições científicos da

Ciência da Informação do Brasil e suas respectivas ligações em uma perspectiva relacional dos micros e macrocosmos sociais.

2 O CAMPO CIENTÍFICO E A PERCEPÇÃO PLURALISTA DA ORGANIZAÇÃO DA CIÊNCIA

Bourdieu (1983) retorna o tema conhecimento, de volta para a sociologia, tratando de assuntos como “prática teórica”, “capital cultural” e o poder de agentes e instituições – elementos constituintes do campo científico – no desenvolvimento do conhecimento legítimo (BURKE, 2003). O autor foi responsável pela construção de uma vasta literatura sobre a questão das ações e relações dos agentes. Sua compreensão do real como relacional dentro dos espaços sociais/espaços simbólicos é inspiradora na tentativa de compreensão dos elementos sociais correntes. Bourdieu (1996b, 2008, 2012) sistematizou uma teoria geral sobre os diversos campos em muitas obras.

A ciência, enquanto construção social, um produto cultural particular, está inserida em um processo de circulação, no qual estão presentes agentes e instituições (BOURDIEU, 2004). Uma melhor visualização desse organismo pode ser imaginada ao pensar uma dinâmica corrente entre agentes (pesquisadores, cientistas, professores, por exemplo) e as instituições (universidades, instituições de fomento, laboratórios) em um espaço único, de correlações e de influências físicas e sociais, com exigências, expectativas e impactos. Ou seja, a ciência, como produto cultural, não é compartilhada num meio social como um simples resultado cognitivo do indivíduo ou de um grupo, ela é também resultado de um contexto social exigente e específico. Sobre o campo científico, a leitura das distribuições que definem a estrutura das relações objetivas, existentes entre os agentes e as instituições, retira da lógica desse campo o irenismo, a arbitrariedade e a fortuidade.

A imagem complexa de Bourdieu (2004, 2012) sobre o campo social é caracterizada como um espaço multidimensional de posições, dotado de um sistema de diversas coordenadas detentoras de valores distintos. Para Bourdieu (2012, p. 67), ao defender a gênese do conceito de campo e a

aplicação das práticas deste método, existe a potencial garantia do alcance de “[...] um nível de generalidade e de formalização mais elevado.” Ainda segundo o autor, a estrutura das relações objetivas é resultado de diferentes variáveis pertinentes, no campo específico de estudo, em que os agentes se distribuem “[...] na primeira dimensão, segundo o volume global do capital que possuem e, na segunda dimensão, segundo a composição do seu capital.” (BOURDIEU, 2012, p. 135). O capital global constitui a soma de dois capitais capazes de reger os princípios de diferenciação presentes nas sociedades desenvolvidas, que, segundo Bourdieu (1996a, 2012), seriam o capital econômico e o capital cultural. Já na segunda dimensão, é reconhecido o relativo peso individual das posses, em que são analisados separadamente capital econômico e capital cultural.

O reconhecimento do capital simbólico pode ser sutil ou escancarado e, até mesmo, violento. Ele provém de conquistas estabelecidas de acordo com a lógica constituída nos diversos campos sociais e possui um largo espectro de alcance capaz, por exemplo, de modificar movimentações dos agentes e suas respectivas ações. Uma das grandes contribuições de Bourdieu (2008), ao proporcionar a adoção do método de análise de campo, poderia ser, respeitando particularidades, a capacidade de perceber princípios sociais presentes no campo científico e formular questões sobre a especificidade destes princípios.

Para Bourdieu (1983), encontram-se no campo científico, assim como em qualquer outro campo social, relações de força, de lutas, de monopólios, de estratégias, de lucros e de interesses. Sob essas condições, o autor indica que a verdade científica reside em condições particulares de produção, “[...] mais precisamente, num estado determinado da estrutura e do funcionamento científico.” (BOURDIEU, 1983, p. 122). A autoridade e a competência científica é o que está em jogo no campo científico, é a busca do monopólio desses elementos que configura as lutas, “O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, espaço de jogo de uma luta concorrencial.” (BOURDIEU, 1983, p. 122). Bourdieu (1983) argumenta que para os agentes detentores de reconhecida

capacidade técnica/intelectual e poder social, e que se dispõem a participar dos jogos/lutas no campo, é outorgada socialmente a qualidade (capital científico) de autoridade científica.

Sobre a acumulação do capital científico, é necessário o constante engajamento para a imposição do valor da produção científica e da renovação da autoridade conquistada. Inserem-se nesse engajamento, constantes imposições do desenvolver científico amadurecidas pelos agentes. O capital científico pode ser acumulado, transmitido e, até mesmo, convertido em outras espécies de capital simbólico. Os últimos sobre os limites fronteiriços envolvendo o acúmulo de capital científico, a conversão de capital, e as práticas dos agentes científicos para obtenção de reconhecimento foram apresentados por Bourdieu em 2008.

Em uma corrente alinhada criticamente aos estudos voltados à sociologia da ciência desenvolvida por Bourdieu (2008), encontra-se a sociologia transversalista da atividade científica. Seu principal idealizador é Terry Shinn, que concentra atenção nas trajetórias intelectuais e profissionais dos agentes científicos e nas possíveis relações entre essas trajetórias (SHINN, 2008a). Shinn (2008b) percebe o campo científico de Bourdieu como uma estrutura pluralista da ciência, com desenvolvimentos históricos delineados e modos de produção e comunicação definidos, a saber, o regime disciplinar, o regime utilitário, o regime transitório e o regime transversal.

Percebendo o campo científico como uma estrutura pluralista, Shinn (2008b) o insere envolvido a outros domínios da atividade social. Sendo uma vertente da perspectiva crítica da sociologia da ciência desenvolvida por Bourdieu, a concepção pluralista da organização e do desenvolvimento da ciência oferece oportunidades de explorar o entendimento de dinâmicas de produção e difusão da ciência que os agentes e as instituições científicas estabelecem com a própria ciência e com outras formas de atividade social de forma mais realista, dinâmica e precisa historicamente (SHINN, 2008b; SHINN; RAGOUET, 2008).

Mesmo diante de um número considerável de publicações que antecedem e amadurecem os estudos de Shinn (2008b, p. 12) sobre a

sociologia transversalista da atividade científica, para o alcance de respostas mais sólidas, “[...] o autor está evidentemente consciente de que, em muitas esferas, trata-se apenas do lance inicial [...]” Essa afirmação não fragiliza sua perspectiva, mas, reforça as complexidades de apreensão, por meio de sistematizações e de representações, do caráter pluralista da ciência, que surge da ideia de desunidade do desenvolvimento e da organização da atividade científica e sua conseqüente institucionalização.

Para entender a perspectiva transversalista da atividade científica, Shinn (2008) apresenta três princípios fundamentais: o princípio das fronteiras, o princípio da travessia dos agentes científicos e o princípio da historicidade. Inicialmente, entende-se que o princípio de fronteira está voltado para assinalar diferenças sobre atividades sociais, “[...] fronteiras são essenciais para distinguir entre a ciência e as outras formas de atividade social.” (SHINN, 2008b, p. 12). Em cada forma particular de ação reconhecidamente demarcada pelas atuações sociais está uma fronteira, ainda segundo Shinn (2008b, p.13), “As fronteiras proporcionam uma assinatura, uma marca característica, de cada uma das expressões pluralistas da ciência.”

A delimitação de marcas características confere a particularidade de cada forma de ação dos agentes e das instituições sociais. No entanto, cabe ressaltar que as fronteiras não existem para isolar as expressões sociais dos agentes, elas conferem um grau de reconhecimento das ações entre os indivíduos/as e instituições dentro e fora de cada campo social. Com isso, o sentido do princípio da travessia de fronteiras é visto pela necessidade de transferência e de troca, elementos vitais para o entendimento de uma ciência plural e multidiversificada.

A visão pluralista da organização e do desenvolvimento da ciência entende que as ações e as produções científicas são circunstanciadas por fatores históricos contextuais. As expressões da ciência são, para Shinn (2008b, p. 13), “[...] fruto de eventos específicos, que ocorreram em um momento particular no tempo, marcado por eventos intelectuais, institucionais e culturais observados.” O princípio da historicidade carrega características do tempo, como fator de estigma, sobre as produções e as ações da ciência, mas

também a emergência da transformação, adquirida por pressões históricas, como esperança ou descrença. É assinado na história as expressões adaptadas, servindo, assim, de registros autorreferentes (SHINN, 2008b).

Sistematizando a perspectiva transversalista, encontram-se: i) é enriquecedora a interpretação do campo científico como distinto de outros campos sociais, como o lugar de formas particulares de ações reconhecidas e controle reputacional de seus agentes participantes; com isso, ii) a ciência consegue promover estruturas, processos organizacionais e intelectuais; iii) a ideia de campo disciplinar no campo científico, mesmo dotada de relativa estabilidade (institucional e histórica), não está livre de possibilidade de plasticidade com outros campos disciplinares; iv) a busca pelo reconhecimento no campo científico demarca uma zona concorrencial, ou seja, recusa-se a concepção irênica da ciência (intelectuais puros e desinteressados).

Caminhando para o entendimento da visão realista e dinâmica dos campos disciplinares que constituem a ciência, Shinn e Ragouet (2008) entendem ser necessária a compreensão do fenômeno da convergência que caminha para o estabelecimento de resultados que transcendem as fronteiras internas dos campos disciplinares. Permissões e interdições são conquistas históricas travadas pela rede humana que constitui os campos disciplinares. Para Barros (2011), as dinâmicas presentes nos campos disciplinares estão ligadas a uma rede de ações como a da produção científica, de tecnologias, de patentes, de instrumentos de medição, de fórmulas, de periódicos e dos possíveis desdobramentos desses elementos, dentro e fora do campo científico.

Na perspectiva transversalista, Shinn (2008b) e Shinn e Ragouet (2008) apresentam a interpretação de quatro formas intelectuais e institucionais da ciência: o regime disciplinar; o regime utilitário; o regime transitório; e o regime transversal. Cada regime define sua própria divisão de trabalho, modos de desenvolvimento cognitivo de produções específicos. Nesta representação das práticas científicas, Shinn (2008b) considera a existência de uma relativa autonomia em cada regime, ao mesmo tempo que afirma a possibilidade de esses regimes estarem intimamente entrelaçados. Diferenciar os quatro

regimes não significa negar sua interoperabilidade e coexistência, mas sim trabalhar na identificação de dinâmicas que resultam em diferentes práticas, conceitos, produções e comunicações.

Historicamente, o regime disciplinar está solidamente baseado e localizado nas universidades. As ações e as produções científicas dos agentes em laboratórios, departamentos universitários, periódicos e eventos científicos, por exemplo, circunstanciaram e efetivam o surgimento de novas disciplinas, bem como fortalecem as já existentes. O nascimento, o desenvolvimento e o declínio das disciplinas estão diretamente ligados à constante busca pela estabilidade da produção, comunicação e circulação de conhecimentos. Shinn (2008b, p. 14) detalha que a expansão desse regime ocorre desde o século XVIII. Para Shinn (2008b, p. 16), é importante frisar o duplo caráter do regime disciplinar. Seria ele: “[...] reproduzir o conhecimento na forma de ensino, o que resulta na obtenção de diplomas pelos estudantes; e produzir conhecimento original na forma da pesquisa, o que toma a forma de publicações.” Outro detalhe é que, ainda segundo o referido autor, o regime disciplinar estabelece seu próprio mercado. Sendo assim, “O resultado da pesquisa está dirigido aos pares disciplinares, que avaliam, portanto, a qualidade do resultado e consomem os produtos cognitivos gerados por outros colegas disciplinares.” (SHINN, 2008b, p. 17). Porém, mesmo com essa configuração de autonomia descrita pelo autor, frisando a retroalimentação e economia cognitiva amplamente fechada, vale salientar a impossibilidade de afirmar que não haja interdependência entre os demais regimes (utilitário, transitório, transversal) e o regime disciplinar, mesmo esse último estando em uma posição axial para a configuração de um campo disciplinar.

Objetivando a utilidade (produção técnica; ciência aplicada), o regime utilitário começa a ser percebido na metade do século XIX dentro das universidades, sugerindo e fixando, com o passar do tempo, um novo tipo de unidade do conhecimento, a ciência material (SHINN, 2008b; SHINN; RAGOUET, 2008). Percebida historicamente na Europa, a convergência dos regimes disciplinar e utilitário foi apenas inicial, embrionária para este último. Em 1920, França e Alemanha, principalmente, começam a estabelecer um

dinamismo circulante para as produções específicas desse regime. Sobre os praticantes do regime utilitário, entende-se que se trata de uma comunidade cujos membros não constituem o mercado do regime, como é visto no regime disciplinar. Os membros podem servir a indústria, a serviços da economia, a instituições militares e até mesmo atuar com competências especializadas e consultorias. O objetivo, como mencionado anteriormente, consiste na “[...] produção de um artefato tecnicamente válido, útil, prático e vendável. As considerações giram, assim, em torno de sistemas técnicos que exibem uma solidez técnico-física.” (SHINN, 2008b, p. 24). A competência técnica dos agentes e dos seus respectivos produtos e serviços (utilidade) configura basicamente os fins e as epistemologias do regime utilitário, que obedecem a necessidades locais e as práticas. Sobre a comunicação científica deste regime, uma qualidade se sobressai: além da produção e publicação científica, é possível verificar a produção/o registro de patentes (SHINN; RAGOUET, 2008). Essa característica consegue abrir margem para possibilidades de circulação da ciência em ambientes de domínio público e privado.

O movimento oscilatório de ir e vir dos agentes científicos é a característica do regime transitório. A travessia provisória de fronteira ocorre pelo interesse na busca de técnicas, de conceitos, de dados e de cooperações que podem existir em disciplinas correlatas ou em outros domínios de produção, como empresas, por exemplo. Os praticantes desse regime detêm como referente primário o regime disciplinar, ou seja, nesses movimentos oscilatórios e provisórios “O praticante se identifica com sua disciplina e busca estrategicamente estar a ela vinculado.” (SHINN, 2008b, p. 26). Isso pode ser evidenciado em travessias realizadas de um campo disciplinar para outro, bem como de uma economia fechada e relativamente autônoma (campo disciplinar) para uma economia de produção baseada em fatores exógenos (empresas). Salienta-se, porém, que travessias definitivas do regime disciplinar para empresas (regime utilitário) não são comuns devido à cultura profissional acadêmica (*habitus*) presente no regime disciplinar. A percepção de crescimento e de força do regime transitório, e até mesmo de como ele está posicionado nas relações entre agentes e instituições, é complexa. Segundo

Shinn (2008b, p. 29), “Os dados e as observações acerca do regime transitório são complicados e contraditórios.” Se tomadas, numa concepção mais abrangente, deduz-se que variáveis históricas, políticas e culturais das nações e instituições científicas influenciam diretamente nas possíveis tentativas de travessia provisória.

O regime transversal pode ser percebido pela trajetória dos agentes científicos enquanto atuam na produção de instrumentos genéricos em arenas não delimitadas (arenas intersticiais). Os agentes praticantes do regime transversal, diferente do regime transitório, operam na possibilidade utilitária de tecnologias genéricas, sobrepujando ligações disciplinares, o que significa dizer que “[...] os praticantes do regime transversal não se detêm nas fronteiras institucionais e cognitivas.” (SHINN; RAGOUET, 2008, p. 146). As arenas de operabilidade dos agentes são conceituadas como “intersticiais”, sendo o fator temporal determinante, ou seja, a identidade das produções não está ligada perenemente a um campo disciplinar ou a uma empresa contratante. Os agentes “[...] mudam constantemente de instituições e são dotados de um capital de relações com cientistas, administradores, que trabalham em especialidades e organizações muito diferentes.” (SHINN; RAGOUET, 2008, p. 146). De trajetória fluida, os praticantes desse regime apresentam a característica de permanecerem em grupos específicos de trabalho em instituições/empresas o tempo necessário para importação, implementação e apropriação de ideias e dados necessários na finalidade de busca de adaptação e corrente uso. Configuram-se dificuldades na identificação dos agentes que operam o regime transitório. A liberdade de ação desses agentes é correlacionada a aspectos históricos, culturais e político-institucionais de cada país, que reverberam diretamente nesses agentes, em instituições científicas, no setor privado e na sociedade. A sinergia entre domínios distintos também é um indicador da transversalidade na trajetória de um agente científico. Quando diferenças entre domínios se apresentam de forma sinérgica, existe a busca de formas de integração que se materializem em artefatos genéricos, procurando utilidade para além das expectativas disciplinares.

As contribuições teóricas propostas por Bourdieu e Terry Shinn à perspectiva crítica da sociologia da ciência incita possibilidades de percepções pluralistas do desenvolvimento científico. Metodologias alternativas de análise orientadas pelos aportes apresentados neste estudo são potencialmente capazes de sugerir representações mais dinâmicas e realistas da consolidação de um campo disciplinar.

3 MODELOS ALTERNATIVOS PARA IDENTIFICAÇÃO DE CARACTERÍSTICAS DOS REGIMES DE PRODUÇÃO E DE COMUNICAÇÃO DA PERCEPÇÃO PLURALISTA DA ORGANIZAÇÃO DA CIÊNCIA: APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS PARA A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL

Mesmo tendo surgido em 1960, a Ciência da Informação tem, em sua gênese, influências que datam desde o século XV. Indica-se que as relações, influências e formações de disciplinas científicas como a bibliografia, a documentação e a biblioteconomia, configuram-se como importantes marcos na oferta de condições institucionais, sociais e cognitivas, para essa recente ciência. Segundo Araújo (2018, p. 14), procurando facilitar e agilizar a comunicação científica entre pares, percebeu-se que no período de “[...] 1920 a 1940, diversos químicos, físicos e engenheiros, entre outros cientistas, começaram a se dedicar ao trabalho de elaborar índices, resumos, promover canais de disseminação [...]”, o autor afirma que mesmo tendo sido iniciada com finalidades práticas, esses empreendimentos foram alcançando fortes marcos institucionais de reconhecimento. Junto a esse contexto, como elementos sugestivos para o papel fundamental dessa ciência emergente, aponta-se: interfaces digitais frente aos registros impressos, a “explosão da informação”, principalmente em ciência e tecnologia, início da conexão dos computadores por rede, antes restrito ao(s) governo/militares e contexto geopolítico (Guerra Fria – plano econômico, militar e político).

Em 1970, o então Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), iniciou a oferta do primeiro curso de mestrado no Brasil em Ciência da

Informação, a presença do programa também foi pioneira na América Latina. No Brasil, Odonne (2006, p. 50) salienta que o IBBD teve papel fundamental no movimento de expansão institucional da Ciência da Informação. Entre as décadas de 1970 e 1990, período de expansão dos programas de mestrado na área e criação dos primeiros cursos de doutorado, é percebido o estabelecimento da nomenclatura Ciência da Informação, preterindo, em substituição, “[...] faculdades, escolas ou departamentos de biblioteconomia.” (ARAÚJO, 2018, p. 14). Para Arboit (2010, p. 55), além da criação de cursos de pós-graduação, a consolidação e expansão da Ciência da Informação no Brasil foi impulsionada, por diversos fatores contextuais a partir da década de 1950, como, por exemplo, a criação de eventos, associações profissionais, o conselho federal da profissão, periódicos.

Os modelos alternativos aqui apresentados visam identificar características da percepção pluralista da organização da ciência aplicados ao contexto do campo disciplinar da Ciência da Informação no Brasil. Em correspondência ao referencial teórico utilizado apresentado, foi realizada a escolha das categorias de análise, estabelecendo correlações com características históricas responsáveis pela consolidação dessa área no país (ARBOIT, 2010; MELO, 2020). Esses modelos sugerem trabalhos com base nas trajetórias científicas e profissionais dos(as) agentes/instituições científicos(as) e, mais especificamente, nas possíveis correspondências a identificar entre esses percursos (SHINN; 2008a). Neste estudo, para o alcance do objetivo preliminarmente definido, foi necessário o estabelecimento de recortes de categorias, identificáveis de acordo com o referencial teórico apresentado. Porém, a proposta não se mostra fechada a possibilidades de adição/revisão de categorias, desde que compatíveis ao ordenamento teórico-empírico demonstrado ou seguido pelo interlocutor. As propostas de identificação aqui apresentadas prezam o reconhecimento de características existentes nos regimes disciplinar, utilitário, transitório e transversal descritas por Shinn (2008b) e Shinn e Ragouet (2008). Demonstrem, contudo, adaptações e orientações, de acordo com requisitos de compatibilidade de elementos presentes na história científica do Brasil e, respectivamente, na

Ciência da Informação. Mesmo se tratando de uma proposição, acredita-se na potencialidade de riqueza de resultados proporcionados por meio da análise das trajetórias intelectuais e profissionais e, mais especificamente, nas correspondências que se podem identificar entre as trajetórias intelectuais e as trajetórias profissionais dos agentes científicos (SHINN, 2008a).

Este artigo é pautado pela busca exploratória de informações concernentes à percepção pluralista da organização da ciência, bem como ao desenvolvimento de modelos alternativos de aplicação, expandindo conhecimentos de um domínio teórico específico. Como resultado, o estudo se desenvolve em âmbito descritivo e propositivo, visando apresentar sólidos elementos da percepção pluralista da organização da ciência na institucionalização de um campo disciplinar específico, a saber, a Ciência da Informação no Brasil. Com base em Shinn (2008b) e Shinn e Ragouet (2008), os quadros 1, 2, 3 e 4 apresentam sínteses das características de produção e comunicação da ciência por meio dos regimes disciplinar, utilitário, transitório e transversal. É importante frisar que além das respectivas características são apresentadas categorias de análise equivalentes a esses regimes no campo disciplinar da Ciência da Informação no Brasil. Para a escolha das categorias, metodologicamente, considerou-se o argumento de que não só os agentes e as instituições são responsáveis pela presença de processos de produção e comunicação da ciência, as ações dos agentes mostram-se fundamentais.

O quadro 1 traz as características do regime disciplinar, seus respectivos elementos institucionais e possíveis equivalentes de análise para o campo disciplinar da Ciência da Informação no Brasil. O regime disciplinar é, de todos os regimes, o mais reconhecível, em suas formas de produção e de consumo. Para esse estágio de análise, revela-se necessária a percepção histórica da política científica adotada no Brasil ao longo dos anos e como isso reverberou em seu desenvolvimento.

Quadro 1 – Características do regime disciplinar e respectivas equivalências

	Características de identificação do regime	Categorias de análise: Ciência da Informação no Brasil
DISCIPLINAR	<p>As disciplinas científicas são estruturadas em torno de instituições fáceis de identificar e dotadas de estabilidade. Produzem e deixam importantes traços escritos, facilitando assim sua análise.</p>	<p>Programas/institutos de pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil, nos quais os agentes científicos atuam;</p> <p>Periódicos;</p> <p>Produtividade científica dos agentes científicos;</p> <p>Ambientes de comunicação científica reconhecidos;</p> <p>Contribuições científicas partilhadas pelos agentes científicos</p>

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Shinn (2008b) e Shinn e Ragouet (2008)

A constituição desse primeiro modelo visa identificar os aportes institucionais, como, por exemplo, as universidades, os institutos, os programas de pós-graduação, os periódicos, as bases de dados e os eventos científicos. Sugestiona, ainda, discussões voltadas para as ações e economia dos agentes científicos dentro do regime disciplinar, ou seja, modos de produção e consumo. Possibilidades de análise podem ser verificadas em levantamentos relativos às produções bibliográficas, às atividades de orientação, bem como as relações de coautoria realizadas e responsáveis por produções bibliográficas (MELO, 2020). Embora inseridos em um panorama internacional, o nascimento, a consolidação e a expansão da Ciência da Informação no Brasil têm suas distinções históricas (ODONNE, 2006). Com base em Shinn (2008b) e Shinn e Ragouet (2008), o modelo alternativo idealizado e proposto no quadro 1 reforça o fundamento das fronteiras desse campo disciplinar específico.

Para o próximo regime (quadro 2), percebe-se que a presença da ciência material é uma realidade (SHINN; RAGOUET, 2008). Um tipo de produção e comunicação científica específica que, historicamente, surgiu

dentro das instituições de regime disciplinar, mas acabou ganhando força ao projetar suas produções atendendo a demandas exteriores a economia endógena das universidades.

Quadro 2 – Características do regime utilitário e respectivas equivalências

	Características de identificação do regime	Categorias de análise: Ciência da Informação no Brasil	
UTILITÁRIO	<p>Estão envolvidos na técnica, na especialização profissional, na aplicação do conhecimento, na constituição e atividades de associações profissionais que controlam as entradas de profissionais na sociedade por meio de certificação. Configura-se a produção de patentes como um indicativo desse regime.</p>	<p>Produção técnica e aplicada;</p> <p>Ações acadêmicas <i>Lato sensu</i>;</p> <p>Projeto de desenvolvimento tecnológico;</p> <p>Produção técnica e inovadora</p>	<p>Programas/institutos de pós-graduação (modalidade profissional);</p> <p>Programas/institutos de pós-graduação lato sensu;</p> <p>Participação dos agentes científicos em projeto de desenvolvimento tecnológico (produção técnica, aplicada e de caráter inovador)</p>

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Shinn (2008b) e Shinn e Ragouet (2008)

A proposição do modelo alternativo de análise demonstrado no quadro 2, leva em consideração dois fatores: i) pressões existentes no processo de evolução da Ciência da Informação, considerando o imperativo tecnológico, a evolução da sociedade da informação (em direção não apenas à cooperação regional e global, mas também no alcance de avanços organizacionais e vantagens competitivas), e na preocupação com as relações interdisciplinares (SARACEVIC, 1996); ii) a partir de 1990, os modos de produção científica estabelecidos demonstram um caráter socialmente contextualizado, refletindo, diretamente, no processo de consolidação da Política Científica, Tecnológica e de Inovação em várias áreas do conhecimento, entre elas as Ciências Sociais Aplicadas/Ciência da Informação (VELHO, 2010).

O modelo alternativo foi idealizado para a identificação e compreensão das economias presentes no regime utilitário e, para isso, estabeleceu relações de aproximação possíveis entre agentes/instituições com elementos relacionados às tecnologias e com a ciência aplicada/prática. A seleção das

categorias está fundamentada em estudos relacionados a atual Política Científica, Tecnológica e de Inovação no Brasil (CGEE, 2010). Como percebido no quadro 2, há uma possível relação de convergência e simbiose do regime utilitário com o regime disciplinar. No Brasil, a influência do regime disciplinar, por meio de universidades e laboratórios, por exemplo, ainda se configura como aporte necessário para o desenvolvimento de produtos utilitários (SBPC, 2011).

Sobre o terceiro regime, perceber as movimentações transitórias dos agentes científicos é o ato pretendido com a proposição do modelo alternativo de análise apresentado no quadro 3. Estando o fundamento da travessia explícito nesse regime, os movimentos transitórios configuram-se em um sistema de trocas simbólicas que promovem expansões dos campos disciplinares envolvidos. Pode ser reconhecido como uma arena tênue de aceitações e negações de movimentos.

A demonstração de um modelo alternativo dessa economia que privilegie minimamente a visualização de trocas simbólicas resguarda criteriosa escolha de categorias. Percebe-se em Shinn (2008b) a ciência de que a percepção desse regime não é tarefa simples e que muitos estudos voltados à sociologia da ciência negligenciaram a existência desses movimentos. Sobre o modelo alternativo proposto, em uma tentativa de solucionar o problema citado, baseados nos dispositivos e marcos existentes na história da ciência do Brasil, percebe-se que os grupos de pesquisa podem ser interpretados como estágios provisórios de compartilhamento de conhecimento entre pesquisadores, pois, configuram-se como potenciais espaços capazes de estabelecer aproximações e relações de interdependências ideológicas, de condutas, de normas, de valores e de crenças entre os membros e conformam-se a uma tendência da ciência moderna que é a colaboração (MOREIRA; VILAN FILHO; MUELLER, 2015). No Brasil, na década de 1970, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico conseguiu fortalecer a presença e participação da comunidade científica em grupos de pesquisa, devidamente registrados no CNPq.

Quadro 3 – Características do regime transitório e respectivas equivalências

	Características de identificação do regime	Categorias de análise: Ciência da Informação no Brasil
TRANSITÓRIO	<p>Oportunidades intelectuais, técnicas e profissionais aparecem, por vezes, na periferia de campos disciplinares. A execução de uma pesquisa exige dos praticantes desse regime a travessia provisória das fronteiras de suas disciplinas de origem. A travessia busca o encontro de diferentes técnicas, dados, conceitos e cooperação de colegas situados no seio de disciplinas vizinhas.</p>	<p>Participação dos agentes em grupos de pesquisa (Plataforma do Diretório dos Grupos de Pesquisa (DGP): área predominante; linhas de pesquisa; conceitos temáticos);</p> <p>Investigação dos movimentos transitórios exógenos (fora das Ciências Sociais Aplicadas) e endógenos (dentro das Ciências Sociais Aplicadas, porém em outras Áreas do Conhecimento)</p>

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Shinn (2008b) e Shinn e Ragouet (2008)

O Diretório de Grupos de Pesquisa (DGP) hoje é uma plataforma vitrine para os pesquisadores, técnicos e estudantes exporem as linhas de pesquisa e especialidades do conhecimento de interesse comum (BALBACHEVSKY, 2010). Esses espaços de compartilhamento e aproximação (grupos de pesquisa) são detectados pelo fundamento das travessias, afinal, potencializam a existência de uma ciência plural e multiversificada.

Movimentações transitórias de agentes científicos da Ciência da Informação em outras áreas correlatas (Ciências Sociais Aplicadas) e/ou em outras grandes áreas do conhecimento podem revelar plasticidades e respectivas contribuições em campos disciplinares distintos, em ambos os sentidos (MELO, 2020). Essa leitura pode ser possível, por exemplo, em análises voltadas aos grupos de pesquisa registrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa, pois esse auxilia em verificações como: atividades-vínculo desses agentes (participação ou colaboração); características de liderança do grupo; detalhamento das linhas de pesquisa, possibilitando leituras temáticas-conceituais; registros de identificação de vínculo voltados à Grande Área e à Área do conhecimento. Análises cientométricas tornam-se possíveis por meio

de proposições metodológicas coadjuvantes do modelo alternativo de análise inicialmente idealizado e proposto no quadro 3. Nesse sentido, emerge uma proposta de sistematização que aponte minimamente as trocas simbólicas entre os agentes científicos. O campo disciplinar da Ciência da Informação não está inerte e, como ciência social, está envolvida nas inúmeras e sensíveis questões sociais e aplicadas de seu objeto de estudo. Pode-se deduzir que movimentações são capazes de sugerir novos domínios, ou propor revisões para os correntes (SHINN, 2008b). Percebe-se que essas características oxigenam um campo disciplinar e já acontecem em outros campos disciplinares, como, por exemplo, a Sociologia (BARROS, 2016; GIDDENS; SUTTON, 2017).

O modelo alternativo de análise apresentado no quadro 4 visa alcançar uma representação do engajamento transversal presente nas trajetórias dos agentes científicos por meio do reconhecimento de potenciais pontos de tensão potencialmente responsáveis por atualização e revisamentos para o campo disciplinar da Ciência da Informação no Brasil. Com foco na história dos agentes, tenta-se propor um caminho para possíveis levantamentos e cruzamentos de dados referentes à formação disciplinar (formação superior/*stricto sensu*); à formação disciplinar utilitária (*lato sensu*); e à trajetória de atuação profissional disciplinar e/ou utilitária. Em um contexto de trajetória, pensar a formação disciplinar/utilitária de agentes científicos como característica de influência transversal é levar em consideração o fundamento da historicidade como responsável por eventos capazes de configurar e/ou emergir ações específicas. Isso significa afirmar que o entendimento da constituição da materialidade singular e múltipla percebida na ciência, em dado percurso da história, não deve ser entendido como fortuito, mas sim correlacionado às pressões regulares sofridas e reproduzidas pelos agentes científicos constituintes (BURAWOY, 2010).

Quadro 4 – Características do regime transversal e respectivas equivalências

	Características de identificação do regime	Categorias de análise: Ciência da Informação no Brasil
TRANSVERSAL	<p>O regime transversal se assemelha muito ao regime transitório. Porém, no regime transversal o grau de liberdade e o campo de ação dos participantes são maiores. Aqueles que contribuem para o regime transversal são alvos móveis: a relação entre os praticantes e os empregadores, as disciplinas e as profissões é fugaz.</p>	<p>Trajetórias transversais (formação disciplinar; atuação profissional; linhas de pesquisa)</p> <p>Formação disciplinar dos agentes científicos (<i>stricto sensu</i> e <i>lato sensu</i>);</p> <p>Trajetória histórica de atuação profissional; Linhas de pesquisa e atuação</p>

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Shinn (2008b) e Shinn e Ragouet (2008)

Como mencionado anteriormente, os levantamentos históricos sobre as trajetórias dos agentes científicos presentes em um campo disciplinar, como o caso da Ciência da Informação, podem identificar tensões responsáveis por adaptações ou até mesmo estímulo a receptividade desses agentes pela garantia de trocas simbólicas/científicas. Possíveis trajetórias com pontos de tensão podem ser aquelas que registram multiplicidade de formação/atuação em arenas intersticiais. A consideração de que quanto mais estabelecido, estruturante e numeroso um grupo venha ser em um campo disciplinar mais as pressões de grupos minoritários podem ser adaptadas (BOURDIEU, 2004) é uma justificativa plausível para a idealização do modelo alternativo apresentado no quadro 4. Considerando a diversidade da gênese e da consolidação da Ciência da Informação no Brasil, não apresentando uma única e bem delimitada origem (ABDALLA; KOBASHI, 2012), o estudo das trajetórias transversais demonstra ser um indicativo de entendimento de possíveis pressões sugeridas e sofridas pelos agentes constituintes desse campo disciplinar específico.

Mais uma vez, retomam-se os estudos de Shinn (2008b) para reafirmar a dificuldade de sistematizações relativas a alguns regimes (regime transitório e regime transversal). Contudo, a negligência não foi o caráter adotado para o desenvolvimento desse registro. A criatividade de proposição alternativa, com base no referencial teórico apresentado, proporciona direcionamentos de

aplicação e escolha de categorias de análise.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido ao reconhecimento de Shinn (2008b), responsável pela perspectiva crítica aqui apresentada, de que suas investidas se tratavam de algo ainda inicial, o estudo apresenta quatro modelos alternativos de identificação e categorização de regimes de produção e comunicação da ciência, tratando a área da Ciência da Informação como objeto específico. As respectivas propostas, baseadas nas sugestões de Shinn (2008b) e Shinn e Ragouet (2008), potencializam orientações aos interlocutores do presente documento para variadas análises, a depender do interesse sobre os multidiversificados domínios presentes no campo disciplinar da Ciência da Informação.

Para a apresentação das sugestões relativas à percepção dos regimes de produção e circulação da ciência do campo disciplinar da Ciência da Informação, foi necessário ir além da obediência teórica proposta. Seguindo a perspectiva crítica, foram apresentados nos modelos, por meio de seleção de categorias, fragmentos históricos capazes de identificar os quatro regimes de produção e comunicação da ciência.

A validação deste estudo sugere possibilidades de verificação dos regimes de produção e circulação da ciência em contextos diversos do campo disciplinar da Ciência da Informação, bem como em outros campos disciplinares. Afinal, à medida que a proposta de identificação dos regimes de produção e comunicação se mostra aberta à escolha de novas categorias, expandem-se as possibilidades de sugestão de aplicação desse modelo. Potencialmente, replicam-se alternativas de investigação voltadas ao entendimento histórico de consolidação de um campo disciplinar, bem como estudos métricos convergentes voltados ao desenvolvimento científico.

REFERÊNCIAS

- ABDALLA, R. B.; KOBASHI, N. Y. Ciência da Informação: reflexões sobre a constituição de um campo científico. *In*: GUIMARÃES, J. A. C; DODEBEI, V. (org.). **Desafios e perspectivas científicas para a organização e representação do conhecimento na atualidade**. Marília: ISKO-Brasil: FUNDEPE, 2012.
- ARAÚJO, C. A. A. **O que é Ciência da Informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.
- ARBOIT, A. E. **O processo de consolidação da Ciência da Informação no Brasil**: a realidade expressa pelas instituições científicas. 2010. 182 f. Dissertação (Mestrado em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- BALBACHEVSKY, E. Processos decisórios em política científica, tecnológica e de inovação no Brasil: análise crítica. *In*: CENTRO DE GESTÃO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). **Nova geração de política em ciência, tecnologia e inovação**: seminário internacional. Brasília: CGEE, 2010. p. 61-90. Cap. 4.
- BARROS, J. D'A. **Os conceitos**: seus usos nas ciências humanas. Petrópolis: Vozes, 2016.
- BARROS, J. D'A. Uma “disciplina” – entendendo como funcionam os diversos campos de saber a partir de uma reflexão sobre a história. **OPSIS**, Catalão, v. 11, n. 1, p. 252-270, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/Opsis/article/download/11246/9500/>. Acesso em: 23 jan. 2019.
- BOURDIEU, P. O campo científico. *In*: ORTIZ, R. (org.). **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155. Cap. 4.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- BOURDIEU, P. **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa: Edições 70, 2008.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 11. ed. Campinas: Papyrus, 1996a.
- BOURDIEU, P. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b. p. 63-202. Cap. 1.

BURAWOY, M. A economia política da sociologia: Marx encontra Bourdieu. *In*: BRAGA NETO, R. G. (org.). **O marxismo encontra Bourdieu**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 25-48. Cap. 1.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento I: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CENTRO DE GESTÃO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). **Formação de recursos humanos em áreas estratégicas de ciência, tecnologia e inovação**. Brasília: CGEE, 2010.

GIDDENS, A.; SUTTON, P. W. **Conceitos essenciais da Sociologia**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

MELO, W. M. **O processo de institucionalização científica na Ciência da Informação do Brasil: um campo disciplinar sob a perspectiva transversalista**. 2020. 264 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

MOREIRA, J. R.; VILAN FILHO, J. L.; MUELLER, S. P. M. Características e produção científica dos grupos de pesquisa do CNPq/DGP nas áreas de Ciência da Informação e Museologia (1992-2012). **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 20, n. 4, p. 93-106, out./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pci/v20n4/1413-9936-pci-20-04-00093.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2021.

ODONNE, N. O IBBB e a informação científica: uma perspectiva histórica para a Ciência da Informação no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 1, p. 45-56, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1152>. Acesso em: 14 abr. 2021.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235/22>. Acesso em: 13 abr. 2017.

SHINN, T. Entrevista com Terry Shinn. [Entrevista cedida a] Pablo Rubén Mariconda. **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 139-150, 2008a. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662008000100007. Acesso em: 14 jun. 2018.

SHINN, T. Regimes de produção e difusão de ciência: rumo a uma organização transversal do conhecimento. **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 11-42, 2008b. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662008000100002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 5 dez. 2017.

SHINN, T.; RAGOUET, P. **Controvérsias sobre a ciência**: por uma Sociologia transversalista da atividade científica. São Paulo: Associação Filosófica Scientiae Studia: Editora 34, 2008.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC). **Ciência, tecnologia e inovação para um Brasil competitivo**. São Paulo: SBPC, 2011.

VELHO, L. M. L. S. Modos de produção de conhecimento e inovação. Estado da arte e implicações para a política científica, tecnológica e de inovação. *In*: CENTRO DE GESTÃO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). **Nova geração de política em ciência, tecnologia e inovação**: seminário internacional. Brasília: CGEE, 2010. p. 23-40. Cap. 2.

CRITICAL PERSPECTIVES TO THE SOCIOLOGY OF SCIENCE IN PIERRE BOURDIEU AND TERRY SHINN: CONTRIBUTIONS TO AN INFORMATION SCIENCE'S PLURALIST PERCEPTION OF THE DISCIPLINARY FIELD

ABSTRACT

Objective: It aims to propose ways of identifying and categorizing scientific agents/institutions related to Information Science in Brazil aligned to the organization of science's critical perspective of the pluralist perception. **Methodology:** It is guided by the exploratory search for information concerning the pluralist perception of the organization of science, as well as the development of alternative application models, expanding knowledge of a specific theoretical domain. The study is developed in a descriptive and propositive scope, aiming to present solid elements of the pluralist perception of the organization of science in the institutionalization of a specific disciplinary field, namely, Information Science in Brazil. **Results:** It develops and presents, following the basic theoretical and correlational foundations of application (Information Science), alternative models of analysis that offer concrete possibilities for observing the production and communication regimes of science, responsible for the pluralist view of the organization and scientific development (disciplinary regime, utilitarian regime, transitional regime and transversal regime). **Conclusion:** The respective proposals enhance guidelines for the interlocutors of this document for various analyzes, depending on the interest in the multidiversified domains present in the disciplinary field of Information Science. The validation of this study suggests possibilities for verifying the production and circulation regimes of science in different contexts in the disciplinary field of Information Science, as well as in other disciplinary fields.

Descriptors: Scientific field. Sociology of science. Information Science.

PERSPECTIVAS CRÍTICAS A LA SOCIOLOGÍA DE LA

CIENCIA EN PIERRE BOURDIEU Y TERRY SHINN: CONTRIBUCIONES A UNA PERCEPCIÓN PLURALISTA DEL CAMPO DISCIPLINARIO DE LA CIENCIA DE LA INFORMACIÓN

RESUMEN

Objetivo: Proponer formas de identificación y categorización de agentes / instituciones científicas relacionadas con la Ciencia de la Información en Brasil alineadas a la organización de la perspectiva crítica de la ciencia de la percepción pluralista.

Metodología: Se guía por la búsqueda exploratoria de información sobre la percepción pluralista de la organización de la ciencia, así como el desarrollo de modelos de aplicación alternativos, ampliando el conocimiento de un dominio teórico específico. El estudio se desarrolla en un ámbito descriptivo y propositivo, con el objetivo de presentar elementos sólidos de la percepción pluralista de la organización de la ciencia en la institucionalización de un campo disciplinar específico, a saber, la Ciencia de la Información en Brasil. **Resultados:** Desarrolla y presenta, siguiendo los fundamentos teóricos básicos y correlacionales de aplicación (Ciencias de la Información), modelos alternativos de análisis que ofrecen posibilidades concretas de observación de los regímenes de producción y comunicación de la ciencia, responsables de la visión pluralista de la organización y el desarrollo científico. (régimen disciplinario, régimen utilitario, régimen transitorio y régimen transversal).

Conclusión: Las respectivas propuestas mejoran las pautas para los interlocutores de este documento para diversos análisis, en función del interés en los dominios multidiversificados presentes en el campo disciplinar de las Ciencias de la Información. La validación de este estudio sugiere posibilidades para verificar los regímenes de producción y circulación de la ciencia en diferentes contextos en el campo disciplinar de las Ciencias de la Información, así como en otros campos disciplinarios.

Descriptores: Campo científico. Sociología de la ciencia. Ciencias de la Información.

Recebido em: 04.07.2020

Aceito em: 22.04.2021